



NOTA PÚBLICA

Ataques contra jornalistas e pandemia de Covid-19 no Brasil

Em 08 de agosto de 2020, o Brasil ultrapassou o número de 115 mil mortes por Covid-19 em apenas 5 meses. É emblemático que neste período os ataques a jornalistas e comunicadores tenham se intensificado, sendo promovidos na maior parte dos casos por integrantes do próprio governo federal, como mostra o monitoramento da ARTIGO 19.

Desde que foram confirmados os primeiros casos de Covid-19 no Brasil, puderam ser registrados ao menos 82 ataques a jornalistas e comunicadores que realizavam coberturas relacionadas à pandemia e às recomendações de prevenção da Organização Mundial de Saúde.

Quase 10% destes casos ocorreram durante coberturas em hospitais e comércios que permaneceram abertos contrariando Decretos municipais e estaduais, bem como as políticas de prevenção contra o vírus. Estas, em sua totalidade, foram interrompidas, por vezes contando com agressões físicas e verbais, colocando em risco a segurança dos jornalistas ali presentes. Destaca-se, também, que 72% dos ataques registrados foram realizados diretamente por membros do Governo Federal, pelo Presidente da República e políticos associados, de forma que o descrédito da informação e as agressões contra jornalistas são abertamente incentivadas por membros do governo.

A ARTIGO 19 destaca que, paralelamente, o Governo Federal, por meio de seus representantes e políticos associados, incentiva quase que cotidianamente o descrédito do trabalho da mídia e o ataque aos meios de comunicação que fazem oposição ao governo e às suas políticas de saúde e combate ao COVID-19.

Vale lembrar que no dia 25.05.2020, os veículos que faziam coberturas no Palácio da Alvorada informaram a interrupção de suas atividades nesse sentido, justificada pela falta de segurança dos jornalistas em plantão. Nesse contexto, em 30.07.2020, entidades da sociedade civil - entre elas, a ARTIGO 19 - protocolaram ação requerendo a promoção de medidas que visem garantir a proteção destes comunicadores, provocando o Gabinete de Segurança Institucional e a Presidência da República a se manifestarem. O GSI não apresentou medidas concretas para a proteção dos comunicadores e, no dia 03.08.2020, o Governo Federal encaminhou documento à Justiça do Distrito Federal alegando não ser papel da segurança presidencial proteger os jornalistas que fazem cobertura das coletivas em caso de confronto com visitantes que apoiam o Presidente.

Ainda, destaca-se que, no dia 07.07.2020, após ter seus testes de COVID-19 confirmados, Jair Bolsonaro realizou coletiva de imprensa sem fazer uso de máscara - medida indicada pela Organização Mundial de Saúde - expondo os jornalistas presentes à contaminação. Além dos episódios narrados, sistematicamente, em suas redes sociais, o Presidente e seus ministros acusam jornalistas e comunicadores de disseminar fake news, ainda que haja embasamento científico e notoriedade pública dos dados apresentados nas matérias e reportagens.

O atual governo não somente ataca o direito de liberdade de expressão ao incentivar ataques e descrédito do papel informativo da mídia, como também fere o direito de acesso à informação, implementando medidas que enfraquecem os órgãos públicos de compartilhamento de informações de interesse público e coletivo. No dia 15.07.2020, a ARTIGO 19, com um conjunto de organizações, denunciou o atual governo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA) pela falta de transparência do mesmo frente à crise gerada pelo COVID-19. Não obstante, estamos há 101 dias sem Ministro da Saúde. As posturas de obscurecer as informações oficiais sobre o vírus, somadas ao descrédito do trabalho jornalístico, criam ambiente de insegurança e de avanço da desinformação sobre os perigos relacionados à doença.

É inegável que o jornalismo tem um papel essencial no contexto da pandemia de COVID-19, informando sobre as estatísticas federais e regionais de contaminação e óbitos e sobre as medidas de contenção da disseminação do vírus propostas pelas organizações nacionais e internacionais de saúde. O ataque aos comunicadores e aos veículos de comunicação, dessa forma, importa na vulnerabilização crescente da população brasileira frente à conjuntura apresentada, criando um sentimento de desconfiança ao redor do trabalho informativo. Assim, a postura da Presidência da República é incompatível com a demanda urgente de melhoria da condição brasileira frente às crises agravadas pela pandemia de COVID-19, e pode ter intensificado a escalada de mortes potencialmente evitáveis no país. No contexto da pandemia, mais do que nunca, é preciso garantir o acesso à informações e cobrar do poder público que cumpra com seus deveres perante a população.

Notas metodológicas

A ARTIGO 19, por meio da equipe de Proteção e Segurança, realiza, semanalmente, monitoramento de dados relativos à violência contra jornalistas e comunicadores. Desde o início da pandemia de COVID-19, os dados referentes a coberturas sobre o vírus passaram a ser desagregados, possibilitando a análise específica dos casos relacionados à temática. Estes estão sendo observados de forma específica desde a primeira quinzena de Março, e o primeiro ataque foi registrado em 13.03.2020. A contagem para este artigo considerou o período até 12 de agosto de 2020.

As fontes do monitoramento são, em sua maioria, públicas. Os dados são obtidos por meio da busca ativa de notícias que denunciam ataques contra jornalistas e comunicadores, do acompanhamento das redes sociais de atores relevantes e do contato com parceiros. Foram adicionadas à estatística mencionada todas as violações explicitamente relacionadas a coberturas sobre a doença. Dentre estas, puderam ser observadas ameaças, agressão verbal e física, interrupção de cobertura, procedimentos judiciais, descrédito ou desqualificação do trabalho informativo e exposição aparentemente intencional à contaminação.